



EDITORIAL

Tudo Passa?

Passou 2012, mas nem tudo será deixado para trás.

Passou a Rio+20, a Conferência da ONU que poderia ter resgatado compromissos políticos em torno do avanço e transição do desenvolvimento global e nacional para a sustentabilidade ambiental, social e econômica, mas que por omissão e locupletação de lideranças governamentais ficou somente na feitura de esverdeadas promessas que no futuro serão tomadas decisões. Passou a Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental, um processo que culminou em centenas de eventos para buscar a convergência de lutas e de perspectivas em torno de soluções reais para as causas e consequências de estruturas e modos civilizatórios, e estimulou alianças e iniciativas em diferentes partes do Brasil e do mundo. Passou o retrocesso na forma de uma nova lei chamada de Código Florestal, mas que premia degradadores, desestimula os que cumpriram a lei anterior e agride a Constituição Nacional e os princípios da precaução, da proteção necessária para um meio ambiente, sadio e ecologicamente equilibrado, bem comum de uso do povo, direito fundamental à dignidade de vida. Passam ainda outras iniciativas e ameaças sobre direitos de populações indígenas, ou para a “flexibilização” de leis nacionais e locais, em nome de um crescimento econômico clássico, que congestiona e polui nossas cidades, concentra poder e renda em determinados segmentos empresariais e mantém populações urbanas distantes do acesso ao saneamento e habitações adequadas.

Por outro lado, tudo isso serviu para lembrar que temos que criar sinergia em nossas múltiplas iniciativas, fortalecer diálogos e alianças entre movimentos sociais, do campo e das cidades, grupos da sociedade civil, trabalhadores, jovens, indígenas, etc. De fato, em 2012 passamos também por encontros mensais de diálogo de lideranças do FBOMS, de organizações não governamentais e movimentos sociais com lideranças de diversas redes, como por exemplo Rede de ONGs da Mata Atlântica, Rede Cerrado, ASA – Articulação do Semi-Árido, GTA – Grupo de Trabalho Amazônico, REBEA, REBAL, Rede Carta da Terra, Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Rede Meros do Brasil, REJUMA e outros movimentos de juventude conectados à Arte e a Cultura, seja para uma participação mais articulada e fortalecida na Cúpula dos Povos seja para o enfrentamento dos desafios na construção da sustentabilidade no Brasil e no mundo.

O caminhar adiante, em 2013, pressupõe encarar realisticamente todos os desafios e dificuldades, que poderão ser melhor enfrentados mediante a ampliação de nossos esforços de diálogo, de superação da fragmentação e atomização de nossas iniciativas, de um olhar crítico e autônomo mas calcado na concretização de justiça e sustentabilidade para a presente e para as futuras gerações.

São muitas as agendas e perspectivas que podem ser objeto de nossa atuação conjunta, articulada e ou de mútuo reconhecimento, respeito e reforço. Mas requer antes de tudo que tenhamos a disposição de estarmos “juntos e misturados”, de expressarmos coletivamente nossos gritos de indignação perante as mazelas que afligem injustiçados e vulneráveis, e ao mesmo tempo sermos capazes de iniciativas que tragam a luz da sustentabilidade no meio do túnel!.

MAPA DO RESISTÊNCIA:

Pág. 3: FBOMS conclama organizações/movimentos/redes/coletivos para encontro estratégico em 2013

Pág. 4: Carta da Coordenação Nacional

Pág. 6: Belo Monte: que se dane o interesse público!

Confira nesta edição:

Rio+20, Cúpula dos Povos e a tenda do FBOMS: da diversidade dos movimentos à construção de convergências.

Leia aqui textos sobre iniciativas de articulações no campo socioambiental bem como rReflexão sobre as ações do Comitê Facilitador da Sociedade Civil, as atividades autogestionadas, as Marchas e a importância de disseminar as lutas e propostas para seguir em frente. **Veja mais na pág. 2**

Juventude: realinhando coletivos e ampliando os espaços de atuação.

Articulação com movimentos socioambientais na perspectiva da ampliação dos diálogos e das ações conjuntas. **Veja mais na pág. 2**



Marco Regulatório das OSC: as quantas anda o processo

A busca de soluções e propostas para as questões de acesso a recursos públicos, incentivos fiscais e o regime simplificado e favorecido de tributação. **Veja mais na pág. 5**



Crédito: UNclimatechange UNFCCC

O legado de Doha

A incipiente cobertura da imprensa e a omissão das nações desenvolvidas marcaram a CoP 18, na capital do Qatar. **Veja mais na pág. 5**

Análise de conjuntura: Retrocessos na legislação ambiental

Ameaças de retrocesso socioambiental continuam, conforme análise do Greenpeace: “A percepção no governo Dilma é de que as leis ambientais travam a necessária expansão da infraestrutura. O governo vai investir R\$ 133 bilhões na construção de estradas e ferrovias. Irá investir também em novas hidrelétricas na Amazônia, que vão aumentar a pressão sobre o desmatamento e ressuscitar o conflito entre licenciamento ambiental e crescimento econômico”. **Veja mais na pág. 6**

Código de Mineração: a próxima pauta da luta

O Plano Nacional de Mineração prevê investimentos de R\$ 350 bilhões até 2030. E para responder ao atual momento de aumento de preços dos minérios e a expansão da atividade no país o governo prepara um novo marco regulatório para o setor. **Veja mais na pág. 6**



CÚPULA DOS POVOS

Evento da Sociedade Civil paralelo a Conferência Rio+20 fez parte de um processo de acúmulos históricos e convergências das lutas locais, regionais e globais



Foto: Marcha dos Povos

Os olhos do mundo estavam voltados para o Rio de Janeiro ao fim do último mês de junho. Acontecia a Rio+20, conferência da ONU sobre sustentabilidade, que reuniu mais de 100 chefes de Estado. Como previsto por muitos, os governantes não produziram um documento à altura das necessidades do planeta. Os interesses (públicos e privados) de cada país, principalmente dos países mais ricos, não permitiram um avanço concreto. Na verdade, a luta era contra o retrocesso de direitos já consolidados.

Do outro lado da cidade, acontecia a Cúpula dos Povos, agenda da sociedade civil brasileira e mundial que reuniu 300 mil pessoas no Parque do Flamengo. Diversos movimentos, entre redes e fóruns de todos os matizes da sociedade, estavam presentes. Um dos objetivos da Cúpula era dar sua contribuição para um planeta socialmente justo, sustentável e economicamente próspero. Outra missão era mostrar práticas e alternativas que já fazem parte de uma economia de baixo carbono, baseadas em novas formas de produção e de consumo. Economia solidária, economia criativa, agroecologia, permacultura e bioconstrução foram algumas das práticas demonstradas no encontro.

O processo de construção da Cúpula dos Povos durou 20 meses intensos. As primeiras reuniões para construção da Cúpula aconteceram no final de 2010. Em janeiro do ano seguinte, foi constituído o Comitê Facilitador da Sociedade Civil para Rio+20, que somou, no primeiro momento, 13 entidades.

No fim de 2011, mais 20 entidades participavam do Comitê Facilitador, que terminou com 33 redes, fóruns e movimentos de todas as regiões do país. As dúvidas sobre organizar o evento eram enormes: como, quando, onde, metodologia, traslado e hospedagem dos movimentos populares, temas que seriam tratados e até o nome do evento eram objeto das reuniões.

Dada a diversidade dos movimentos que compunham o Comitê, havia um acordo para que só se avançasse nas discussões quando houvesse consenso. Muitas dessas reuniões duraram horas, com elevados níveis de tensão. Durante alguns momentos, parecia que não haveria acordo e que o Comitê racharia. Mas os movimentos ali presentes entenderam a importância do momento histórico e cada avanço, mesmo em um ritmo mais lento que deveria, era muito comemorado.

Enfrentar uma crise econômica, ambiental e principalmente de valores era um desafio abissal. A Cúpula dos Povos não poderia ser apenas um grande evento. Deveria ser um marco na reorganização dos movimentos sociais do mundo inteiro. Representantes da Primavera Árabe, dos Indignados, da Grécia e da Espanha, o movimento Occupy e até estudantes do Canadá e do Chile, que estão fazendo amplas mobilizações em seus países, estavam participando. A crise econômica internacional, no entanto, limitou a representação de povos de outros países.

A Cúpula dos Povos fez parte de um processo de acúmulos históricos e de convergências das lutas locais, regionais e globais. Tem seu marco político definido na luta anticapitalista, classista, antirracista, antipatriarcal e anti-homofóbica. Toda a construção desse processo gerou números impressionantes. Quinze mil pessoas dos movimentos populares, ambientalistas, indígenas, mulheres, negros, quilombolas, adeptos das religiões de matriz africana, camponeses, entre outros, tiveram seu traslado, alojamentos e alimentação custeados pela Cúpula.

Foram realizadas mais de 800 atividades autogestionadas, 300 atividades culturais por mais de 1.200 organizações proponentes, nas 52 tendas, durante sete dias. As diversas mobilizações, somadas, colocaram mais de 100 mil pessoas nas ruas do Rio de Janeiro durante o evento, sendo que só a Marcha Mundial reuniu 80 mil.

A Cúpula foi também vitoriosa ao apostar na construção de convergências. Para isto, a metodologia, com temas agregadores, plenárias e assembleias, foi fundamental, garantindo a pluralidade e a diversidade presentes nas atividades autogestionadas, combinando-as, porém, com momentos de análise, construção de lutas e propostas comuns. Este pode ser considerado um salto de qualidade em relação ao Fórum Global de 92, quando os debates - das mulheres, dos agricultores, dos ambientalistas, dos cidadãos por direito à cidade - se organizavam de modo setorial e temático.

Se as convergências de ideias e lutas contribuíram para um balanço positivo da Cúpula dos Povos, não podemos ignorar as fragilidades do processo oficial. A discussão do ponto que tratava dos direitos reprodutivos da mulher, por exemplo, foi retirada do texto, expondo suas falhas e contradições. Isso não torna invisíveis os defeitos e impedimentos da Cúpula, causados principalmente por uma exacerbada divisão de ideias e pensamentos no campo da esquerda. O saldo geral foi positivo, muito positivo. Agora, é preciso avançar e disseminar as lutas e propostas e seguir em frente. Sempre.

Por Carlos Henrique Painei – ambientalista, membro da Associação Alternativa Terrazul e um dos coordenadores da Cúpula dos Povos na Rio+20 (representando o FBOMS) - painei1000@gmail.com

EVENTO INTERNACIONAL DO FBOMS NA CÚPULA DOS POVOS

Articulação dos GTs do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

Como parte das atividades desenvolvidas pelo FBOMS na Cúpula dos Povos, o GT Água e o GT Educação Ambiental e Agenda 21 realizaram no dia 19 de junho uma importante atividade autogestionada, integrada, na Tenda Vasconcelos Sobrinho – Campo Socioambiental.

O tema “Direito à Água e Saneamento, Como Direito Humano” contou com a participação de três representantes da Fresh Water Action (FAN), a saber: Leo Tambussi da equipe de Incidência da FAN, Ninon Machado (FAN-AS = América do Sul), e, Syed Shah Nasir Khisro (FANSA=FAN South Asia = Índia, Paquistão e Bangladesh).

Outro tema discutido foi: “Territórios Sustentáveis na perspectiva da Agenda 21 - panorama internacional”. Foi desenvolvido pela Profa. Dra. Christiane Gagnon, co-diretora do Centro de Pesquisas em Desenvolvimento Territorial da Universidade de Québec em Chicoutimi– Canadá.

A primeira parte da reunião focalizou o papel da Rede Global FAN, explicitando sua ação fundamental que tem por objetivo reforçar o papel da sociedade civil, de modo incidente, sobre o Direito à Água e ao Saneamento - tanto local como internacionalmente. Uma das principais recomendações do plenário foi a necessidade de ligar o tema das águas às questões climáticas e a necessidade de se ter uma mídia de divulgação dos temas de água e saneamento condizente com as práticas utilizadas pelos jovens em seus processos de comunicação global, inclusive a virtual.

A segunda parte da reunião versou sobre territórios sustentáveis na perspectiva da Agenda 21, com o lançamento do livro “Futuros Territórios Sustentáveis”. O estudo traz informações sobre 16 processos de Agenda 21 pesquisados em vários lugares do mundo, a partir dos quais são discutidos questões sobre a governança para a construção do desenvolvimento sustentável. Esta pesquisa foi coordenada pela Profa. Dra. Christiane Gagnon, e contou com a colaboração das Professoras Doroty Martos e Sílvia de Castro - mestre em Educação e mestre em Engenharia Urbana - na elaboração dos textos referentes a cinco experiências brasileiras - http://a211.qc.ca/21768_fr.html

Reflexão do encontro:

Reforçar as Agendas 21 na questão da água (tratada no capítulo 18 da Agenda 21 global), devendo tomar como referência o recorte territorial de bacia hidrográfica e as questões vinculadas ao uso e ocupação do solo, fazendo com que o governo cumpra o que já é estabelecido em lei, bem como, contribua eficazmente neste sentido. A efetividade do direito à água como direito humano!

Por Sílvia de Castro - arquiteta e urbanista, mestre em engenharia urbana, Tuim Ambiental - silviacastrosc@gmail.com

Juventudes



Inicialmente, cabe um balanço da Rio + 20 e da Cúpula dos Povos.

As juventudes do FBOMS participaram de várias articulações nestes eventos: do *World Youth Congress*; do evento do *Major Group* de Juventude da ONU; do evento do MEC “Juventude e Educação para Sustentabilidade Socioambiental”; do “Enlace das Juventudes”; da “Juventude e a Carta da Terra”; dos “Diálogos Intergeracionais”; da “Marchá Ré – Contra os retrocessos socioambientais do governo Dilma”, entre outros.

O saldo destas participações foi positivo, pois demarcou a posição das juventudes socioambientalistas brasileiras: crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico no país e no mundo e sedenta por participação real nos processos de negociação no sistema ONU, mesmo sabendo das limitações deste organismo.

Após esta intensa agenda, os desafios colocados agora são muitos.

No Brasil, temos a criação do GT Interministerial que elaborará uma proposta para o PNJMA - Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, e, com sua representação no CONJUVE, o FBOMS pode incidir nesta política; aproximação com a Juventude Indígena, que esteve reunida em Brasília dos dias 25 a 30 de novembro; a IV edição da Conferência Nacional Infanto-juvenil e Adulta de Meio Ambiente, que ocorrerá em 2013.

Internacionalmente, temos as mobilizações para o “*Global Power Shift*”, evento do movimento de clima que ocorrerá em junho de 2013, na Turquia; também temos as mobilizações para a agenda pós-2015 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que substituirão os ODM.

Nesta dinâmica e desafiante conjuntura, é de grande importância para as juventudes socioambientalistas brasileiras que o GT de Juventude do FBOMS se fortaleça e atue com vigor nestes processos.

Por Pedro Picollo, IMAS- pedropco@gmail.com

Realização:

Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

Apoio:

Expediente: O Resistência FBOMS tem a O Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) foi criado em 1990, no contexto do início do ciclo de conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre desenvolvimento sustentável. Atualmente, representa mais de 600 entidades, entre ONGs ambientalistas, sindicatos e movimentos sociais, na articulação e formulação de modelos alternativos a serem incorporados nas políticas públicas para um Brasil ambientalmente sustentável e socialmente justo.

Coordenação Nacional: Associação Alternativa Terrazul: Pedro Ivo Batista - Associação Cultural Caminho de Vida – COMVIDA: Fidelis Paixão - Associação Potiguar Amigos da Natureza – ASPOAN: Francisco Iglesias - Fundação Grupo Esquel Brasil – FGEB: Sílvia Santana - Grupo de Trabalho Amazônico – GTA: Rubens Gomes - Mater Natura Instituto de Estudos Ambientais: Adriano Wild - Vitae Civilis Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz: Rubens Born.

Secretaria Executiva: Sílvia Alcântara Picchioni (coordenafboms@fboms.org.br) e Sílvia A.P. (@esquel.org.br)

Diagramação: Nathany Paola da Silva. **Jornalista Responsável:** Mariana Servinskis Costa. **Revisão:** Mariana Servinskis Costa. **Colaboração nesta edição:** Aron Belinky, Carlos Henrique Painei, Carlos Rittl, Doroty Martos, Julianna Malerba, Lourdes Davies Pedro Ivo, Pedro Picollo, Rubens Born, Sérgio Leitão, Sílvia Sant'ana, Sílvia de Castro, Sílvia Dias.

A produção deste jornal teve o apoio de AVINA e da Embaixada da Suíça.

Escritório: Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco I, Edifício Central, 13º andar - sala 1302 - CEP 70034 - 900 - Brasília – DF, pelo telefone 61 3322 2062 ou fax 61 3322 1063

*O FBOMS não possui nenhuma responsabilidade pelas informações existentes neste informativo. As informações são de responsabilidade conforme autoria dos textos.

Contribuir para o realinhamento do campo socioambiental e fortalecer os diálogos intergeracionais para a sustentabilidade: objetivos do GT Educação Ambiental e Agenda 21 do FBOMS.



Nos preparativos para a conferência Rio+20/Cúpula dos Povos, fomos aproximando e articulando grupos que queriam dialogar e propor atividades para este importante evento. Nosso GT (grupo de trabalho) procurou Coletivos de Juventude da Zona Leste de São Paulo e do ABC Paulista e organizamos, em parceria, vários eventos de preparação para a Rio+20. Em um destes encontros confeccionamos um bandeirão para ser levado ao Rio de Janeiro. Queríamos apresentar algo que fosse fruto do processo, que simbolizasse as parcerias, a luta e o objetivo do Projeto; a frase escolhida para ser escrita no bandeirão foi: “EM PROL DA VIDA”.

Durante esta movimentação, a galera de Santa Catarina se reuniu em Sampa com estes Coletivos para acertar detalhes de uma parceria e nasceu daí, outro projeto que foi inscrito nas atividades autogestionadas da Cúpula dos Povos - Territórios do Futuro. A atividade foi chamada de “Ativismo e Mobilização para a Sustentabilidade, por meio da música, do teatro, da arte e dos jogos cooperativos”, e tinha como parceiros/as: Coligação Z.E.M. , Rede Meros do Brasil, GT Educação Ambiental e Agenda 21 do FBOMS, Instituto Socioambiental e Instituto Harmonia na Terra.

Durante vários dias, nas tendas do FBOMS - campo socioambiental – no Aterro do Flamengo, realizamos diversas rodas de conversa onde os representantes destes Coletivos apresentavam suas histórias e as estratégias que utilizam para mobilizar, dialogar e agir pela sustentabilidade socioambiental. Estas rodas de conversa foram recheadas de atividades culturais com o grupo Ospália, teatro Lambe Lambe e os shows das bandas Grupo Cultural Tarrafa Elétrica, Trupe Sonora Casa de Orates e Coligação Z.E.M.

Foram dias de diálogo intenso, ação, arte e cultura que culminaram em momentos como a Marcha à Ré e a Marcha dos Povos; adicione-se, a estes momentos, a descrição das emoções vividas por eles/as no Acampamento Internacional da Juventude, onde nasceu uma forte parceria dos jovens de São Paulo com os do Acre, que resultou na entrega da bandeira Acreana aos jovens paulistas, como um presente, um símbolo desta amizade.

Depois da Rio+20, voltamos para nossos territórios sabendo que estas parcerias precisavam continuar e que devíamos trazer notícias do que aconteceu no Rio de Janeiro para nossos amigos, conhecidos, enfim, para quem não pode participar deste importante e histórico momento de encontro de povos de vários cantos do mundo.

Resolvemos então - inspirados em um encontro organizado pelo Instituto Vitae Civilis – realizar no dia 05/09 um evento que teve como título: “Você viu o que eu vi na Rio+20/Cúpula dos Povos?!”. O evento aconteceu em Santo André/SP no espaço Gambalaia – “Quartas em Movie” - e contou com a presença de pessoas que estiveram no Rio de Janeiro: membros do Coletivo N.A.S.A, Casa Amarela, Salve Barroca, GT EA e Agenda 21 do FBOMS e ativistas de várias idades em uma roda de conversa sobre impressões, olhares, reflexões e opiniões. Contamos, ainda, com a importante presença de Marcelo Cardoso e Rubens Born do Instituto Vitae Civilis e Rachel Trajber do IMAS.

O evento foi memorável, desde a riqueza dos diálogos até a decoração do local, que tinha o bandeirão “EM PROL DA VIDA” abraçando o prédio e a bandeira do Acre acolhendo os/as convidados/as!!!!

Replicamos esta atividade no dia 29/11 na UFABC - Universidade Federal do ABC - e contamos com um público bastante interessado e diversificado.

Fortalecemos as parcerias com estes Coletivos de São Paulo e ABC paulista e organizamos - em conjunto - um Cineclube Socioambiental - <http://cineclubemproldavida.wordpress.com/> - na perspectiva de fortalecimento dos Diálogos Intergeracionais e no apoio à Arte e a Cultura que promovem o Ativismo e a Mobilização para a Sustentabilidade!

Por Doroty Martos, Gestora Ambiental, Mestre em Educação, Instituto Redecriar– ddoamartos@yahoo.com.br

FBOMS conclama organizações/movimentos/redes/coletivos para encontro estratégico em 2013

A rearticulação do Campo Socioambiental ganhou novo vigor, principalmente a partir dos encontros realizados na Tenda Socioambiental na Cúpula dos Povos. Os positivos resultados de rearticulação do chamado campo socioambiental são elementos que inspiram novos desafios para o FBOMS no que tange a seus potenciais papéis de servir como espaço de debates sobre desafios e alianças para a promoção da sustentabilidade, no campo e nas cidades.

Tendo em vista fortalecer este processo de rearticulação do FBOMS e demais parceiros da sustentabilidade, desde a Rio+20/Cúpula dos Povos, algumas organizações tem se reunido periodicamente para compartilhar estratégia conjunta que possibilite maior consistência, abrangência e diversificação das atuações e trabalhos de cada rede e organização, por um lado, e de fortalecer e ampliar parcerias e alianças, a partir do reconhecimento das diversas agendas e abordagens existentes no enfrentamento das múltiplas dimensões da sustentabilidade. Isso requer reconhecer também a complementaridade com trabalhos desenvolvidos por uma diversidade de redes e movimentos que atuam em regiões ou temas específicos, seja da geração de emprego e trabalho decente, acesso à terra, salubridade e moradia, consumo sustentável, direitos de minorias e populações tradicionais e indígenas, conservação ambiental, entre outros, com vistas a encontrar caminhos de convergência e superar algumas de nossas barreiras internas.

Para avançar neste processo, está sendo proposto um encontro ampliado do FBOMS para 2013 e a sugestão é que ocorra entre os **11 a 14 de abril** - lua nova – em local a definir. Devemos ainda escolher temas que serão os eixos norteadores, as matrizes que orientarão os diálogos para este encontro de articulação de estratégias de atuação em prol da sustentabilidade.

Entendemos que deve ser um encontro diferente, no qual possamos delinear o esboço de uma possível e renovada plataforma socioambiental brasileira; um momento para vislumbrar e planejar o caminho no qual possamos direcionar o FBOMS, principalmente para o futuro de ações comuns, de articulação e de planejamento estratégico. Um momento que dialogue sobre uma nova modalidade de funcionamento e objetivos do FBOMS, 23 anos após sua criação (em junho de 1990).

Um encontro que nos leve a construir uma agenda comum nos temas que nos unem, mas que, sem prejuízo das iniciativas de cada aliança, procure pontos de sinergia e aproximação, dialogando com outros atores que lutam por um mundo com equidade e justiça.

Além dos debates estratégicos sobre contextos e políticas para a sustentabilidade, esperamos que arte, cultura e alimentação saudável possam também marcar esse evento de reflexões e diálogos para uma Aliança, um verdadeiro pacto de ações pela Sustentabilidade da Vida!

Em nome da Coordenação Nacional, Rubens Born (Vitae Civilis) e Doroty Martos (Redecriar)

Como se filiar ao FBOMS?

Para se filiar ao FBOMS deve ser uma entidade ou movimento sem fins lucrativos e comprometido com as lutas sociais e ambientais.

Deve-se solicitar uma ficha de adesão no email filiacao.fboms@gmail.com que deverá ser preenchida e enviada de volta.

Sua solicitação será submetida à lista geral da internet das entidades do FBOMS que aprovarão ou reprovarão a adesão.

Depois de cerca de 10 dias será comunicado a decisão dos membros do FBOMS.

Estando filiado poderá participar da lista geral, podendo participar dos Encontros Nacionais, setoriais, etc.



Carta da Coordenação Nacional

Prezados/as integrantes do FBOMS

É com alegria que fazemos este contato na perspectiva de retomarmos os laços que nos unem à luta, essa que entre nós é comum e a imensa vontade de trilhar um caminho que leve todos os seres que habitam este planeta à Sustentabilidade da Vida.

Desde o XX Encontro Nacional, em junho de 2011, diversas iniciativas (Fórum Social Mundial Temático, processo de organização Rio+20/ Cúpula dos Povos) propiciaram cooperação, sinergia e realinhamentos de organizações/movimentos membros do FBOMS - Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – com Redes e Coletivos parceiros/as, valorizando mutuamente seus trabalhos e ideias, ensejando uma nova etapa e adequação das funções do FBOMS. Para isso, a Coordenação Nacional do Fórum vem desenvolvendo ações para atualizar informações, modernizar os veículos de comunicação e inovar os mecanismos de acesso ao FBOMS, bem como, contatar seus membros.

Neste momento estamos trabalhando na atualização da página do Fórum na Internet – site – e para viabilizar esta atualização, estamos desenvolvendo várias ações, entre elas a atualização do cadastro de dados das organizações/movimentos membros do FBOMS e, para tanto, precisamos de vocês nesta empreitada.

O objetivo é reconectar antigos parceiros e entidades que compõe o Fórum e, para isso, o cadastro foi reformatado permitindo que sejam incluídas e atualizadas as informações sobre os representantes de sua organização/movimento no FBOMS: dados para contato, representação em Colegiados Nacionais, entre outras opções.

A atualização de dados servirá de instrumento para promover troca de experiências e de metodologias entre os membros do Fórum e ajudará também a minimizar tarefas que encarecem a manutenção da Secretaria Executiva do FBOMS, isso agiliza o fluxo de informações, bem como, trazendo autonomia para que a instituição/movimento possa interagir com o site e com os ajustes necessários em seu cadastro.

Estes dados – na medida em que forem autorizados por cada instituição/movimento – poderão subsidiar processos de mobilização e participação da sociedade civil no que diz respeito a ações voltadas à sustentabilidade socioambiental, articulação entre grupos temáticos afins, incidência em políticas públicas, inclusive, proporcionando visibilidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido pelos membros do FBOMS.

A ficha cadastral (para atualização de dados) deve ser solicitada através do endereço: fbomsatualiza2012@yahoo.com.br

Após a atualização das informações o cadastro deve ser devolvido para o mesmo endereço de e-mail aos cuidados de Doroty Martos (membro da coordenação do GT Educação Ambiental e Agenda 21) que está colaborando com a coordenação nacional do FBOMS nesta tarefa. Reiteramos que pedidos de esclarecimento e informações sobre este tema sejam dirigidas a ela, através do endereço de e-mail acima ou pelo telefone (11) 9.7253-2501

Gostaríamos de receber os dados atualizados até o dia **22 de dezembro de 2012**.

Recadastre sua organização/movimento para reconectarmos juntos/as o FBOMS, na perspectiva da sustentabilidade socioambiental!!

Agradecemos a sua colaboração

Coordenação Nacional do FBOMS: Fundação Esquel, Instituto Vitae Civilis, Alternativa Terrazul, ASPOAN, GTA, COMVIDA e Mater Natura

Novembro de 2012

NINON MACHADO DE FARIA LEME FRANCO

Ninon*, não farei nada formal e falarei do prazer da convivência por ideais coincidentes. Conhecemos uma a outra na década de 90 num intervalo de seminário entre tantos que freqüentamos. Descobrimos que tivemos carreiras similares dentro do Ministério de Minas e Energia. Resolvemos trabalhar juntas sempre que causas fossem adequadas à nossas instituições ambientais privadas. Assim foi: projetos grandes e pequenos, assuntos e providências discutidas em conjunto, viagens internacionais e locais, trabalhos de campo, madrugadas preparando propostas ou produtos de projetos, enfim o dia-a-dia de ajuda às populações menos favorecidas através de projetos de governos, sociedade civil e o que viesse. Acredito que não houve tempo para monotonia nesta convivência. De vez em quando me pego pensando - “tenho que falar com Ninon sobre isso”... dá-se um jeito e lembrando de comportamentos passados encontra-se uma saída. Amiga, que sua tranquilidade e firmeza nos sirvam de orientação. Até!

Por Lourdes Davies de Freitas, REBRAF

*Ninon Machado era diretora do Instituto Ipanema, coordenadora do GT Águas do FBOMS, tendo sido representante junto ao CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos, esteve muito ativa nas articulações de convergências de redes socioambientais nos processos da Cúpula dos Povos e na Rio+20, além de ter apoiado iniciativas de ONGs e movimentos do FBOMS na Cúpula de Joanesburgo (Rio+10). Deixou-nos em 11/09/2012.



Crédito: Divulgação IAB

O abismo moral entre o processo político e a emergência climática

Este ano de 2012 tem sido um ano em que as mudanças climáticas voltaram à pauta e aos debates com força que não se via em anos anteriores, pós-COP15 (15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas), realizada em Copenhague, na Dinamarca, e que causou imensa frustração por seus resultados pífios. E o que contribuiu para que isso acontecesse foi a publicação de vários estudos científicos, que demonstram que a situação do clima é crítica e que ações para se evitar grandes consequências muito graves são urgentes, e a realidade dos eventos climáticos extremos, frequentes e muito severos ao redor do mundo.

O Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas – IPCC, disseminou em todo o mundo seu relatório que vincula as mudanças climáticas à maior intensidade e frequência de extremos climáticos em várias regiões do planeta. O Banco Mundial publicou um estudo que indica que caminhamos para um aquecimento global de 4°C, o que traria inestimáveis para todos os países, seus cidadãos e suas economias. E na semana anterior à COP18, em Doha, no Qatar, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, lançou estudo que demonstra existir uma lacuna imensa entre metas e compromissos de redução de emissões atuais e o que o IPCC indica ser necessário reduzirmos em termos de emissões globais de gases de efeito estufa para evitarmos as consequências mais graves das mudanças climáticas.

Além da ciência, a realidade também foi dura em 2012. O nível de cobertura de gelo da região Ártica atingiu seu nível mínimo este ano. Vimos neste ano secas que assolaram vastas regiões da África, como a região do Sahel, 50% dos condados dos Estados Unidos e o Nordeste do Brasil - neste caso, a pior seca em pelo menos 50 anos. Também pudemos testemunhar enchentes muito intensas no sudeste do Brasil no início do ano, na Austrália, em fevereiro, em Ruanda, em maio, na China, em junho e julho (a pior na região de Beijing em 60 anos), nas Filipinas e Bangladesh, em agosto, e na Nigéria, em outubro. Além disso, em outubro três super-tufões atingiram o Japão e o oeste do Pacífico e a tempestade Sandy atingiu o Caribe e os Estados Unidos, causando mortes e grandes prejuízos econômicos. E já durante a COP18, em Doha, no Qatar, o tufão Bopha assolou regiões das Filipinas e de Palau. Em sua intervenção nesta quinta-feira durante plenária da COP18, o negociador-líder das Filipinas, Sr. Naredev M. Sano, não conteve as lágrimas ao falar das negociações difíceis frente à tragédia que atinge seu país. Quando um alto diplomata se emociona em público, isto chama a atenção de todos.

Mas infelizmente, até agora, a poucas horas do encerramento da COP18, parece que os diplomatas, orientados por seus governos, não foram convencidos pela ciência, pelos efeitos devastadores dos eventos climáticos extremos, ou pelas lágrimas de seu colega. As negociações do clima em Doha caminham para resultados muito fracos diante da dimensão do problema: pouca ambição em reduções de emissões, muito distante da ciência, poucos recursos na mesa para apoiar países em desenvolvimento em suas ações de mitigação e adaptação e uma agenda de trabalho muito vaga sobre novo acordo para o pós-2020. Há hoje um absurdo abismo moral entre a ciência e a política nas negociações de clima. A ciência, a sociedade civil e a população mundial irão cobrar veementemente os negociadores e seus governos pelos resultados da COP18. Não há mais tempo a perder.

Por Carlos Rittl, WWF-Brasil (integrante do GT Clima FBOMS)

O legado de Doha



Crédito: UNclimatechange UNFCCC

Mais uma Conferência das Partes sobre Mudanças do Clima se encerra sem os resultados necessários para que o aumento da temperatura média do planeta fique abaixo dos dois graus centígrados. Doha faz parte de um legado de incertezas e incompetências. Cada vez mais impotente diante dos interesses econômicos da ordem atual, as Nações Unidas se desdobram em ações de marketing e de cunho simbólico. Assumiu-se despudoradamente que simplesmente manter as conversas é o resultado a ser atingido. Desde 2009, todo o trabalho dos negociadores tem gerado apenas o alargamento do cronograma para um acordo final.

Estamos perigosamente nos aproximando do ponto a partir do qual não há volta: se as emissões dos gases causadores do efeito estufa não começarem a diminuir a partir de 2015, teremos fracassado: no futuro, seremos reconhecidos como a geração que condenou seus filhos e netos.

Nunca tão poucos jornalistas cobriram uma CoP. Nunca ela recebeu tão pouco espaço no noticiário. O emocionado discurso do representante das Filipinas, na véspera do que deveria ser o último dia das negociações, foi usado pela BBC em matéria sobre o tufão que castigou seu país - e para que, didaticamente, a repórter explicasse que tufões não podem ser relacionados com as mudanças do clima. Desde a CoP15, a opinião pública tem se afastado do processo, cada vez amplamente classificado como “inútil”, gerando um hiato extremamente útil a quem quer comprometer e esvaziar as negociações. Nunca foi tão fácil às nações desenvolvidas voltar atrás em compromissos assumidos, notadamente na ajuda financeira aos países em desenvolvimento. A constatação de que são estes últimos os mais prejudicados pelo aquecimento global e de que foram eles que assumiram as maiores metas de mitigação não causa qualquer constrangimento e as nações desenvolvidas seguem despudoradamente seu caminho de omissões.

Em 2013, teremos nova uma nova rodada de negociações. Até lá, a sociedade civil organizada tem o desafio de encontrar novas formas de participar e influenciar um processo que evidentemente foi dominado pelas atuais forças econômicas. Até lá, precisamos rapidamente encontrar meios para trazer novamente a opinião pública para o debate para chegarmos a Varsóvia fortalecidos em nossa representação. Até lá, precisamos intensificar nossa ação com nosso governo. Porque, na hora da derradeira decisão, quem é consultado não está nas salas ou corredores da CoP. Precisamos destravar internamente os nós que travam as negociações, levando o governo a alinhar de fato suas políticas de desenvolvimento aos desafios das mudanças climáticas. Enquanto houver incoerência entre o que se anuncia nas Conferências e o que se faz dentro de casa, tanto no Brasil, como nos demais países que integram a Convenção, ela não entregará os resultados que precisamos para salvaguardar a Vida neste planeta.

Por Sílvia Dias, Vitae Civilis (integrante do GT Clima FBOMS)

Plataforma por um Novo Marco Regulatório das OSC

Nos últimos 10 anos percebe-se a degradação contínua das condições políticas, institucionais, operacionais e financeiras das OSCs. Vive-se uma “crise de identidade”. Por outro lado, um contínuo e significativo aumento das despesas administrativas e, para piorar, um ambiente de insegurança jurídica e de perdas significativas de quadros. Sem contar com a prática da “criminalização” do segmento.

Adicionalmente, opções de contratações de OSCs diretamente com estados e municípios, têm tido efeito negativo. Esta situação praticamente impede o exercício organizado do controle social.

Por fim, o setor privado ampliou a implantação de instâncias de Responsabilidade Social Empresarial e de Investimento Social Privado, une-se a tendência de “criação” de “empresas sociais” que operam com finalidade lucrativa mas se apresentam como tendo finalidades sociais.

O impacto desta realidade é muito negativa e muitas organizações deixam de funcionar ou reduzem suas atividades. No médio e longo prazo, ao não assegurar a participação organizada da cidadania, estará se caminhando para o enfraquecimento da democracia brasileira.

Apesar da Plataforma ter conseguido obter compromisso eleitoral de nossa Presidenta e uma interlocução qualificada e construtiva com a Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR). Do ponto de vista prático, os ganhos reais foram mínimos, quase inexistentes.

Dentro do Governo permanece a tendência à ampliar as dificuldades, a repressão, a criminalização das OSCs. Ao lado, assistimos a expansão de facilidades e benefícios ao setor privado de fins lucrativos.

Os produtos do Grupo de Trabalho do Marco Regulatório (GTMR) teve indiscutíveis méritos e avanços. No entanto o Projeto de Lei (PL) que versa sobre o novo instrumento de contratualização (resultado mais importante) é ainda incompleto, insuficiente e, tal como está, representa um perigo iminente.

No PL, questões como contrapartida, custos administrativos, regras exageradas de prestação de contas não estão suficientemente claras e podem dar ensejo a proliferação de regulamentação infra-legal (contribuindo novamente para a insegurança jurídica)

Nesta conjuntura, o papel do CF da Plataforma tem sido pouco reivindicativo e menos ativo do que necessário. No geral a maioria do grupo tem tido pouca participação efetiva e está sendo aceito, quase que a-criticamente, equívocos ou omissões do PL ou – de forma geral – do conjunto do processo.

E, apesar disto o CF se desmobilizou. Desde agosto 2012 só foi possível agendar uma reunião política operativa para nos organizar e planejar o curso de ações necessárias após a divulgação do PL, para o 22 de janeiro: 6 meses após! Temos pela frente, além da discussão do PL, a busca de soluções e propostas para as questões de acesso a recursos públicos, incentivos fiscais e o regime simplificado e favorecido de tributação. Precisamos de todas as OSCs juntas.

Por Sílvia Rocha Sant’Ana, da Fundação Grupo Esquel Brasil, membro do Comitê Facilitador da Plataforma e da coordenação do FBOMS.

Análise de Conjuntura

Democracia e Desenvolvimento

A sociedade precisa ampliar o campo da participação democrática em relação ao debate e análise dos projetos de desenvolvimento pensados para o país nos próximos anos, em razão das suas profundas implicações sobre a agenda ambiental. A seguir, apresento três temas, entre tantos outros, que exigem um olhar atento para que possamos dimensionar o impacto em relação à proteção do meio ambiente, preparando-nos para uma intervenção qualificada que leve o governo e a iniciativa privada não só a simplesmente nos escutar, mas efetivamente considerar nossas propostas quando da elaboração de planos. A compreensão do que é realmente necessário para o desenvolvimento do país e das alternativas para que isso seja feito de forma sustentável, colocando o Brasil no eixo de uma economia alinhada com as exigências do século XXI, nos permitirá alcançar esse objetivo.

Infraestrutura e Legislação Ambiental

A percepção no governo Dilma é de que as leis ambientais travam a necessária expansão da infraestrutura. O governo vai investir R\$ 133 bilhões na construção de estradas e ferrovias. Irá investir também em novas hidrelétricas na Amazônia, que vão aumentar a pressão sobre o desmatamento e ressuscitar o conflito entre licenciamento ambiental e crescimento econômico. Propostas tecnicamente bem elaboradas sobre a infraestrutura viária e alternativas energéticas são urgentes e fundamentais.

Proteção das Florestas e Expansão da Fronteira Agrícola

O desempenho do governo na área ambiental é julgado pelo comportamento da taxa de desmatamento. Prova disso é que a gestão ambiental é uma das mais bem avaliadas no governo pela população, fruto da queda do desmatamento na Amazônia.

Mas, a força do agronegócio cresce cada vez mais. A mudança do Código Florestal foi feita para resolver o passivo dos agricultores que desmataram e não cumpriram com a obrigação de recuperar as áreas que degradaram. Agora, com a nova lei, se inicia outra discussão, que é a de permitir a expansão da fronteira agrícola sobre a floresta amazônica. Aqui, o ingresso no debate tem que ser feito para demonstrar que o Brasil dispõe de áreas desmatadas e abandonadas mais do que suficientes para garantir a expansão da agricultura, à luz de uma política de desmatamento zero.

Demografia e Desenvolvimento

Para o Banco Mundial, nos próximos oito anos o país contará com o bônus demográfico, que ocorre quando há mais pessoas trabalhando do que aposentadas. A partir de 2020, essa relação se inverte, sendo necessário, até lá, impulsionar o desenvolvimento para dispormos de recursos para o atendimento da crescente população na terceira idade e das novas gerações.

Portanto, o impacto do fator demográfico sobre a economia do país será um dos novos motes para justificar a aceleração das políticas de crescimento que, muitas vezes, servem de pretexto para minimizar as exigências da nossa legislação ambiental. O debate sobre esse tema nos dá a oportunidade de projetarmos o modelo que queremos para a economia, para além da dependência absoluta da exploração de recursos naturais e negociação de *commodities* agrícolas.

Por Sergio Leitão - Diretor de Políticas Públicas, Greenpeace Brasil

Belo Monte: que se dane o interesse público!

Na semana passada, o governo brasileiro deu outro passo arrogante no sentido de fabricar a viabilidade econômica de Belo Monte, a usina monstro com a qual há três décadas os governos tentam barrar o rio Xingu (PA).

O BNDES informou que repassará ao consórcio Norte Energia, que constrói Belo Monte, R\$ 22,5 bilhões (80% do custo da obra), sem que sejam respeitadas uma série de ações de responsabilidade do próprio banco e da Norte Energia, além do Ibama e da Funai, e desconsiderando as fortes evidências de inviabilidade econômica da obra conforme apontam organizações da sociedade civil e cientistas de várias especialidades.

Elas solicitaram ao Ministério Público Federal a suspensão do empréstimo, apontando os indícios de irregularidades no projeto: o custo passou de R\$ 4.5 bi em 2005 para R\$ 19 bi em 2010, alcançando os atuais R\$28,9 bi a R\$32 bi, a geração média de energia ao longo do ano será de apenas 39% da capacidade instalada de 11,2 mil MW e que as licenças contrariaram os técnicos do IBAMA.

O banco dispensou estudos de viabilidade econômica e de classificação de risco do Complexo Belo Monte, exigida pelo Conselho Monetário Nacional e ignorou sua própria Política de Responsabilidade Social e Ambiental. Em outras palavras: mandou que o interesse público se danasse.

Belo Monte já provoca o deslocamento compulsório de agricultores familiares e ribeirinhos sem compensação, compromete a qualidade de água e as condições de navegabilidade no rio Xingu, gerando mortandade de peixes e quelônios, além do aumento do desmatamento e da exploração ilegal de madeira.

A instalação da usina também atraiu mineradoras, como a canadense Belo Sun, aqui denunciada, e aumentou a violência e a prostituição infantil no entorno ampliado do canteiro de obras.

É de se estranhar, muito, o empenho de Lula e Dilma na concretização de Belo Monte (Alckmin, quando concorreu à presidência, também projetou construir a usina).

Há 30 anos os governos tentam viabilizar sem sucesso. Nem a ditadura conseguiu o que governos supostamente democráticos realizam: passar por cima do interesse das contas públicas e subsidiar uma hidrelétrica que só vai beneficiar, como denunciou o Movimento dos Atingidos por Barragens, as empreiteiras Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Queiroz Galvão e Odebrecht, as produtoras de máquinas e equipamentos Voith, Alstom e Andritz, as seguradoras envolvidas no consórcio construtor da barragem e os sócios da Norte Energia: a espanhola Iberdrola, a mineradora Vale, a estatal mineira Cemig, dos fundos Petros e Funcef e da Eletrobras.

Por Carlos Tautz, jornalista, coordenador do Instituto Mais Democracia –Transparência e Controle Cidadão de Governos e Empresas (www.maisdemocracia.org.br).

Novo marco legal da mineração no Brasil: para quê? Para quem?

Nos últimos 10 anos, a participação da mineração na economia brasileira tem experimentando um crescimento acelerado. O Plano Nacional de Mineração prevê investimentos de R\$ 350 bilhões até 2030. E para responder ao atual momento de aumento de preços dos minérios e a expansão da atividade no país o governo prepara um novo marco regulatório para o setor.

O referido marco, ainda não foi apresentado publicamente pelo Ministério de Minas e Energia. No entanto, baseado em declarações vindas deste e outros ministérios e em documentos como, o Plano de Mineração o núcleo Justiça Ambiental e Direitos, da FASE, organizou a publicação *Novo marco legal da mineração no Brasil: para quê? Para quem?* que analisa os sentidos da proposta.

As análises alertam que a proposta não indica mudanças na tradição de distribuição excludente dos lucros e dos impactos negativos da atividade nos territórios. O novo marco regulatório abarcará a exploração mineral em terras indígenas e a possível criação de Áreas de Relevante Interesse Mineral sob as quais se estabeleceriam garantias para a realização de atividades mineradoras. Entretanto, estão ausentes na proposta a criação de mecanismos de regulação: i) que garantam a internalização dos custos socioambientais nos projetos, ii) que possibilitem definir mais claramente áreas e situações onde os prejuízos econômicos e ambientais gerados pela mineração inviabilizariam sua implementação, iii) que evitem uma completa dependência da economia local à atividade mineradora cuja vida é relativamente curta, iv) que definam a escala e ritmo em que as atividades devem ser instaladas e operadas com vistas a garantir o uso racional dos bens minerais e a precaução frente aos potenciais impactos socioambientais da atividade e que v) que garantam a participação efetiva da sociedade e, especialmente, dos grupos diretamente afetados, na discussão sobre os fins que orientam produção mineral e a viabilidade da implementação dessas atividades em seus territórios.

Por outro lado, os textos presentes no estudo nos inspiram a disputar o debate com os instrumentos que adquirimos ao longo das últimas décadas por meio de processos de lutas sociais e de articulação de novas forças políticas. Ao refletir sobre a insustentabilidade da expansão ilimitada das atividades industriais extrativas, a FASE busca colocar em debate a necessidade e urgência da construção de uma transição rumo a um modelo pós-extrativista. E compreende que a discussão sobre o novo marco regulatório para a mineração no Brasil é um momento chave para provocar junto à sociedade uma reflexão que promova mudanças nos rumos do desenvolvimento do país em favor da justiça e da sustentabilidade.

Para saber mais acesse: http://issuu.com/ongfase/docs/novo_marco_legal_da_mineracao_no_brasil_-_fase/1 ou entre em contato com comunicacao@fase.org.br

Por Julianna Malerba - FASE

Ampliação de megainvestimento da Celulose Riograndense: o “salva-vidas de chumbo 2.0” para o Rio Grande do Sul?

A Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente do RS enviou no início de dezembro cartas ao Governador e ao Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul criticando o apoio das autoridades à ampliação de megainvestimento da Celulose Riograndense (grupo chileno CMPC). A referida empresa pretende investir 5 bilhões de reais na ampliação da fábrica de celulose (de 400 milhões para 1,75 milhões de toneladas). As entidades gaúchas questionam o que chamam de “mares de eucalipto”, que representam mais de meio milhão de hectares, concentrados em áreas que restam do bioma Pampa.

A Apedema –RS lembra que na década de 70, justamente durante o surgimento do movimento ambientalista no Brasil, e em especial com a criação da AGAPAN, houve um dos mais importantes embates contra as empresas poluidoras no Estado do Rio Grande do Sul. Tratava-se do caso da empresa de celulose Borregaard, que começou suas atividades, em 1972, na cidade de Guaíba. O nome da empresa chegou a ser sinônimo de mau cheiro (odor de repolho podre) que afetava a zona sul de Porto Alegre e, não raras vezes, toda a cidade.

Em 1974, a referida empresa teve o cancelamento de seu funcionamento por mais de três meses até que resolvesse todos os aspectos relativos às emissões aéreas e aos efluentes resultantes de sua operação, considerados nocivos à saúde pública e ao meio aquático. Depois da Borregaard, veio a Riocell, logo depois a Aracruz, e agora a Celulose Riograndense, de capital chileno (CMPC), cuja ampliação tem o apoio do governo gaúcho.

Nestas quatro décadas, o crescimento da planta industrial não eliminou, de todo, o cheiro ruim, principalmente no município de Guaíba. Além disso, pairam sérias dúvidas, de parte de técnicos da FEPAM e também de ambientalistas de renome, como o Prof. Flávio Lewgoy, sobre os sérios riscos à saúde humana e meio ambiente, ligados a enorme carga de poluentes (dioxinas, furanos, gases de enxofre, etc.) gerados por este e outros empreendimentos industriais concentrados na região.

Na carta, as organizações gaúchas clamam a responsabilidade de seus governantes para que se abandonem as atividades calcadas em gigantescos empreendimentos, de alto risco, e priorizem sua atenção aqueles setores que mais estão associados à sustentabilidade econômico-ecológica como as tecnologias sociais, associadas prioritariamente em energias limpas, à agroecologia, ao turismo rural e ecológico, entre outros. Mais informações em <http://apedemars.wordpress.com/>

Fonte: Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente do RS (Apedema- RS)